

OLIMPÍADA JURÍDICA 2008

1ª Questão. Conforme a doutrina referente à incorporação dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, considere as assertivas abaixo:

I – Ao efetuar tal incorporação, a Constituição atribui aos direitos internacionais uma hierarquia especial e diferenciada, qual seja, a hierarquia de norma constitucional. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte integram, portanto, o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados.

II – Algumas decisões do STF admitem a tese da constitucionalização dos tratados sobre direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro antes da Constituição de 1988.

III – Após a Emenda Constitucional 45/2004, a constitucionalização dos tratados internacionais sobre direitos humanos depende, no aspecto formal, da observância do procedimento previsto para aprovação de emenda à Constituição.

IV – Após a Emenda Constitucional 45/2004, a constitucionalização dos tratados internacionais sobre direitos humanos depende, no aspecto formal e no material, da observância do procedimento previsto para aprovação de emenda à Constituição e do *quorum* de dois terços dos votos das Casas do Congresso Nacional.

V – Prevalece a tese da constitucionalização dos tratados ratificados após a promulgação da Constituição de 1988, por força da ampliação do rol dos direitos e garantias fundamentais e por causa de outros direitos indicados nos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

Marque a opção correta:

- a) Uma alternativa está correta.
- b) Duas alternativas estão corretas.

- c) Três alternativas estão corretas.
- d) Quatro alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

2ª Questão. São apresentadas a seguir cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e uma pode expressar uma afirmação falsa, ou quatro podem expressar afirmações falsas e uma pode expressar uma afirmação verdadeira. **Assinale a alternativa que se distingue das demais.**

- a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 abrange o princípio da liberdade em sua dimensão individual e não abrange em sua dimensão política.
- b) A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 prevê inúmeros direitos e garantias, mas não assegura a gratuidade em todos os níveis do ensino.
- c) A Segunda Guerra Mundial gerou uma aglomeração de refugiados em toda a Europa. Neste contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reconheceu o *direito de asilo* e o *direito a uma nacionalidade*.
- d) Para Fábio Konder Comparato, um traço saliente da Declaração Universal de 1948 é a afirmação da democracia como único regime político compatível com o pleno respeito aos direitos humanos. O regime democrático já não é, pois, uma opção política entre muitas outras, mas a única solução legítima para a organização do Estado.
- e) A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 assenta inúmeras proibições, como a tortura e o tráfico de escravos.

3ª Questão. Um dos importantes direitos conquistados pelo homem é o direito à igualdade, reconhecido, no plano jurídico, a partir das revoluções dos séculos XVII e XVIII. Nada obstante, esse direito fundamental absorveu mudanças em seu alcance e sentido conforme as necessidades e as aspirações sociais de distintas épocas. Impossível negar que da idéia inicial de proibição do arbítrio e de discriminação, reflexo das aspirações liberais, à idéia de obrigatoriedade de diferenciação, que atualmente se apregoa, foi longo e difícil o trajeto percorrido. Nesse sentido, tomando-se por base o direito à igualdade, marque a única opção INCORRETA no que se refere à agregação de sentido absorvida por esse direito:

- a) A primeira fase de proteção dos direitos humanos foi marcada pela tônica da proteção geral, que expressava o temor da diferença com base na igualdade formal. O direito à igualdade era garantido mediante um tratamento genérico, geral e abstrato ao indivíduo. A lei atingia a todos indistintamente e desconsiderava as diferenças concretas certamente havidas à época.
- b) Atualmente, pode-se dizer que a diferença não se opõe à igualdade, pelo contrário, muitas vezes a confirma, ao passo que o entendimento que se tem da igualdade abrange também o respeito à diversidade.
- c) A igualdade no aspecto material implica que seja sempre permitido dar tratamento diferente a quem se encontre em situação diferente, inclusive, lançando mão de políticas intencionalmente discriminatórias.
- d) O direito à igualdade é expresso como regra geral no *caput* do artigo 5º da Constituição brasileira de 1988: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Todavia, alguns de seus corolários podem ser observados em outros enunciados do texto constitucional brasileiro.
- e) A lei não pode dar tratamento diferenciado à quem se encontre em situação de igualdade.

4ª Questão. O desenvolvimento dos direitos do homem fez com que o conceito de liberdade sofresse transformações, passando pelas concepções de liberdade “em relação” do Estado, liberdade “no” Estado e liberdade “através” do Estado. Acerca dessas concepções, analise as afirmativas abaixo:

I – Inicialmente, exigia o cidadão uma liberdade “em relação” do Estado, a fim de impedir a intervenção estatal nas relações sociais (Estado absenteísta). As teses de Locke, principalmente, e de Montesquieu tinham em vista garantir aos indivíduos um espaço de liberdade em que o Estado não poderia penetrar, seja no aspecto físico, de pensamento, de reunião, de religião etc.

II – Em um segundo momento, passou-se à fórmula da liberdade “no” Estado, concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não impedimento, mas positivamente, como autonomia, com o reconhecimento dos direitos políticos de participação dos indivíduos na formação da vontade estatal.

III – Por fim, com a proclamação dos direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novos valores, foi consagrada a liberdade “através” ou “por meio” do Estado, na qual são necessárias prestações positivas do ente estatal (Estado Social).

Assinale a alternativa correspondente:

- a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- e) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

5ª Questão. A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado do Chile pela violação dos artigos 8.1 e 25 do Pacto de San José da Costa Rica, que tratam das Garantias Judiciais e da Proteção Judicial respectivamente. De acordo com o artigo 63.1 da Convenção, “quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegido nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as conseqüências da medida ou situação que haja configurado a violação desses, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.” Segundo o entendimento da Corte, o art. 63.1 da Convenção Americana estabelece que a decisão da Corte deve assegurar o gozo do direito ou da liberdade violada, uma vez confirmado o descumprimento das obrigações convencionais pelo Estado.

Considere as assertivas abaixo.

I – O dever observado no dispositivo 63.1 constitui um dos princípios basilares do Direito Internacional, no que se refere à responsabilidade dos Estados-parte.

II – A reparação do dano causado pelo Estado, ao infringir determinada norma internacional, requer, quando possível, o restabelecimento da situação existente antes da violação. A reparação do dano causado pelo Estado, ao transgredir determinada norma internacional, requer, quando não for possível,

o restabelecimento da situação, a indenização em pecúnia, pelas conseqüências provenientes da conduta violadora.

III – Para a Corte, a norma do dispositivo 63.1 apresenta a imposição de uma conduta a ser praticada pelo Estado, que deverá adotar medidas para que a lesão a determinado direito não volte a ocorrer.

IV – A reparação, contemplada na norma (dispositivo 63.1), deve ser compreendida como medida apta a fazer desaparecer os efeitos da violação cometida.

V – A reparação do dano causado pelo Estado, ao infringir determinada norma internacional, requer sempre e em qualquer situação o restabelecimento da situação existente antes da violação.

Marque a opção correta:

- a) Uma alternativa está correta.
- b) Duas alternativas estão corretas.
- c) Três alternativas estão corretas.
- d) Quatro alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

6ª Questão. Flávia Piovesan afirma que “o sistema internacional de proteção dos direitos humanos constitui o legado maior da chamada ‘Era dos Direitos’, que tem permitido a internacionalização dos Direitos Humanos e a humanização do Direito Internacional contemporâneo”. Com fundamento no Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos e na doutrina de Piovesan, marque a única opção **correta**.

a) No âmbito do Direito Internacional, a partir do segundo pós-guerra, começou a ser delineado o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos. Tal sistema possui, como marco inicial, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o qual se apresenta organizado em dois níveis distintos e excludentes. São eles: o sistema de proteção internacional global e o sistema de proteção internacional regional, este integrado pelos sistemas europeu, americano e africano de proteção dos Direitos Humanos.

b) A lógica que impregna o sistema internacional de proteção de Direitos Humanos é a de que ele, somado ao sistema nacional de proteção aos Direitos Humanos, visa a proporcionar a maior efetividade possível na tutela, na promoção e no controle de violação de direitos.

c) O Sistema de Proteção Regional Americano é representado pela Comissão Interamericana e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos de competência contenciosa e consultiva.

d) Diante de reiterados casos de violação de Direitos Humanos, sem resposta no âmbito interno dos Estados signatários, o indivíduo pode buscar amparo diretamente junto aos órgãos componentes dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos e, por isso, diz-se que ele é sujeito de direitos na órbita internacional.

e) Em agosto de 2004, o STF julgou constitucional a EC nº 041/2003, no ponto em que autorizou a cobrança de contribuição previdenciária aos servidores públicos aposentados antes de sua entrada em vigor. Por isso, aqueles que, incluídos nessa categoria, considerarem ter sido vítimas de violação de direitos adquiridos, poderão recorrer, eles mesmos, à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

7ª Questão. A Bioética deve proporcionar diretrizes morais para o agir humano diante dos dilemas levantados pela biomedicina. Para tanto, a Bioética pauta-se em princípios básicos, que se constituem em racionalizações abstratas de valores que decorrem da interpretação da natureza humana e das necessidades individuais. A respeito destes princípios, são feitas as seguintes afirmações.

I – O *princípio da autonomia* impõe que se deve respeitar a vontade, os valores morais e as crenças de cada pessoa, denotando que todos devem ser responsáveis por seus atos. Dessa forma, o profissional de saúde deve respeitar a vontade do paciente, ou de seu representante, considerando-o capaz de fazer as suas opções.

II – O *princípio da beneficência* indica a obrigatoriedade do profissional de saúde e do pesquisador de promover primeiramente o bem do paciente, buscando atingir o seu bem-estar, maximizando os benefícios, não causando danos, e minimizando possíveis riscos. Nesse sentido, o profissional de saúde somente pode utilizar o tratamento para o bem do paciente, e nunca para lhe causar mal ou promover a injustiça.

III – O *princípio da não-maleficência* é um desdobramento do princípio da beneficência, porque contém a obrigação de não causar dano intencional e por derivar da máxima da ética médica *primum non nocere*.

IV – O *princípio da justiça* indica uma obrigação de que seja garantida uma distribuição justa, eqüitativa e universal dos bens e serviços (benefícios) de saúde, além de uma relação equânime nos riscos e nos encargos.

Assinale a alternativa correspondente:

- a) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- b) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- d) Somente três afirmativas são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

8ª Questão. No que se refere à atuação do Ministério Público na defesa dos Direitos Humanos, observe as assertivas a seguir:

I – A tutela coletiva de interesse dos grupos pelo Ministério Público retira a possibilidade dos lesados requererem, em juízo, reparações individualizadas.

II – Quanto às lesões (individualmente apuradas) relacionadas aos direitos humanos, a atuação do Ministério Público dependerá da autorização das pessoas lesadas.

III – A atuação do Ministério Público, na defesa dos direitos humanos, dependerá da materialização do fato, sendo cogitada apenas se tiver caráter repressivo e se tiver efeitos futuros.

IV – Em se tratando de violação a direitos individuais homogêneos, a jurisprudência do STF admite a tutela por meio de ação civil pública.

V – Em se tratando de violação a direitos difusos, a jurisprudência do STF não admite a tutela por meio de ação civil pública.

Marque a opção correta:

- a) Uma alternativa está correta.
- b) Duas alternativas estão corretas.
- c) Três alternativas estão corretas.

- d) Quatro alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

9ª Questão. Norberto Bobbio, em “*A era dos Direitos*”, leciona que “os direitos do homem [...] são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez, nem de uma vez por todas”. Essa historicidade foi demonstrada por Fábio Konder Comparato em sua obra “*A afirmação histórica dos Direitos humanos*”.

Nesse sentido, com base no processo histórico-evolutivo dos Direitos Humanos, marque a única assertiva **correta**.

- a) A Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão de 1789, contextualizada numa sociedade francesa estratificada, pretendeu dar um mesmo tratamento normativo aos indivíduos, ao estabelecer que “os homens nascem e são livres e iguais em direitos”. De estilo generalizante e abstrato, assumiu caráter universal e transformou-se num dos principais marcos na História dos Direitos Humanos.
- b) A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, de 1776, foi marcada por um “espírito social” e não individualista. Por meio dela, foram reconhecidos e consolidados os direitos sociais, como, por exemplo, o direito à educação, à saúde e ao trabalho.
- c) A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, elaborada pela Comissão de Direitos Humanos da ONU e contextualizada no período pós Segunda Guerra Mundial, representou uma síntese das dimensões de direitos até então conquistados. Por meio da Declaração de 1948, estabeleceu-se que os direitos nela sintetizados não poderiam ser alienados ou suprimidos por decisões políticas, revelando a força vinculatória do documento aos países-membros das nações unidas.
- d) Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos, de 1966, adotados pela Assembléia Geral das Nações Unidas, consubstanciam-se em recomendações desprovidas de caráter sancionatório, feitas aos Estados signatários dos Pactos com o fim de que respeitem os Direitos Humanos.
- e) A Constituição de Weimar foi um “divisor de águas” na evolução histórica dos Direitos Humanos, ao enunciar direitos cuja titularidade é atribuída a todo gênero

humano e ao enfrentar problemas que demandam uma participação do Estado e do Cidadão, como, por exemplo, os que envolvem questões relativas ao meio ambiente e à educação.

10ª Questão. São apresentadas abaixo cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e uma pode expressar uma afirmação falsa, ou quatro podem expressar afirmações falsas e uma pode expressar uma afirmação verdadeira. **Assinale a alternativa que se distingue das demais.**

a) Os direitos humanos de primeira geração surgem com o advento do Estado Liberal, a partir de inspiração no Iluminismo racionalista, baseiam-se em uma visão teocêntrica do mundo e fundam-se nas idéias advindas do Humanismo.

b) Os direitos humanos de primeira geração (vida, liberdade, igualdade, propriedade) podem ser chamados de direitos de defesa, de resistência ou de oposição. Isso porque surgiram na tentativa de limitar os poderes do Estado. Neste contexto, pode-se falar que se tratam de direitos negativos, ou seja, são voltados a uma abstenção do Estado, mas não a uma conduta ativa. Contudo, os direitos de primeira geração também se preocupam com a participação na vida pública e, nesse sentido, também alcançam os direitos políticos.

c) Os direitos humanos de primeira geração realçam o princípio da liberdade e se desenvolveram em uma época de transição do feudalismo para a sociedade burguesa.

d) No início do século XX, acontecimentos como a Constituição de Weimar, a Constituição mexicana e a Revolução Russa ampliaram a realidade sócio-política, incorporando a idéia dos direitos de natureza social. Os direitos sociais, econômicos e culturais são direitos humanos de segunda geração e acentuam o princípio da igualdade.

e) Os direitos sociais são aqueles que têm por objeto uma prestação positiva do Estado, e não uma abstenção por parte deste. Tendo em vista que o direito à educação, à saúde, ao trabalho e a outros do mesmo gênero realizam-se através de políticas públicas, pode-se vislumbrar uma crise do Estado Social, em razão da escassez dos recursos do Estado.

11ª Questão. As garantias de um processo justo podem ser sintetizadas na cláusula do *due process of law*. O direito norte-americano atribuiu à cláusula do *due process of law* o perfil com que acabou sendo recepcionado pela ordem constitucional de praticamente todo o mundo. A seu respeito, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A doutrina e a jurisprudência vêm estendendo a esfera de alcance da cláusula do devido processo legal, em nome dos direitos humanos, permitindo uma interpretação elástica.
- b) A cláusula do *due process of law* não indica apenas a tutela processual, embora a sua utilização se dê habitualmente neste ponto de vista.
- c) A interpretação do *due process of law* como garantia de um processo justo ampliou-se para a admissão do *substantive due process*, garantidor do exercício pleno do direito à vida, à liberdade e à propriedade.
- d) O *procedural due process* constitui a possibilidade efetiva de a parte ter acesso à justiça, deduzindo pretensão e defendendo-se, de modo mais amplo possível, o que se exige no processo judicial, mas não no processo administrativo.
- e) O *substantive due process* indica a incidência do princípio em seu aspecto [paralelismo] substancial, atuando no que concerne ao direito material, determinando que os atos normativos sejam justos e regularmente elaborados de acordo com os ditames constitucionais, atentos à efetividade das garantias constitucionais.

12ª Questão. Quanto ao estudo do tema “direitos humanos”, há forte discrepância doutrinária acerca da expressão “geração” para assinalar o processo de consolidação de tais direitos. Alguns autores preferem utilizar a expressão “dimensão”. A este respeito, considere as assertivas a seguir:

I – Os direitos humanos são direitos naturais e, assim, imutáveis. O vocábulo “geração” faz menção à historicidade inexistente nessa modalidade de direitos, enquanto “dimensão” refere-se a aspectos relevantes de um todo, que simplesmente se destacam de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade.

II – O termo “geração” sugere uma eficácia restrita e vertical dos direitos humanos, já a expressão “dimensão” indica eficácia ampla e horizontal.

III – A palavra “geração” indica que o processo de afirmação dos direitos humanos é linear e não permite retrocessos, enquanto a de “dimensão” apregoa uma evolução tortuosa desse processo, conforme as relações de forças e de poderes existentes nas sociedades.

IV – O termo “geração” dá uma idéia errônea de que os direitos humanos se suprem ao longo do tempo, enquanto “dimensão” melhor sinaliza um processo gradativo de complementaridade, não indicando alternância dos direitos, mas cumulação, ampliação e fortalecimento.

Marque a opção correta:

- a) Os itens I e II estão corretos;
- b) Os itens I, II e IV estão corretos;
- c) Apenas o item IV está correto;
- d) Apenas o item III está correto;
- e) Apenas o item I está correto.

13ª Questão. Existem várias espécies de teorias que ambicionam explicar aquilo que se denomina “direitos fundamentais”. Uma dessas teorias, já clássica, é a formulada por Robert Alexy, em sua *“Teoria dos Direitos Fundamentais”*.

Acerca desta teoria, pode-se afirmar que:

- a) Os direitos fundamentais se resumem ao complexo de normas jurídicas positivas válidas, especificadas pelo próprio ordenamento jurídico alemão como definidoras de direitos fundamentais (dogmática);
- b) Além do complexo de normas jurídicas positivas válidas, especificadas pelo próprio ordenamento jurídico alemão, como definidoras de direitos fundamentais, Robert Alexy agrega-lhes um fundamento de validade transcendental ou metapositivo: os princípios ou os valores morais (não-dogmática);
- c) Os direitos fundamentais são apenas aqueles que o Tribunal Federal Alemão diz que são fundamentais.
- d) As normas definidoras de direitos fundamentais são todas normas do tipo “princípio”, e essa afirmação pode ser aplicada ao ordenamento jurídico brasileiro.
- e) As normas definidoras de direitos fundamentais são todas normas do tipo “regra”, e essa afirmação pode ser aplicada ao ordenamento jurídico brasileiro.

14ª Questão. Considere as assertivas seguintes:

I – A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

II – Com o término da Segunda Guerra Mundial, percebeu-se que a idéia de superioridade de uma raça, de uma classe social, de uma cultura ou de uma religião, sobre todas as demais, põe em risco a própria sobrevivência da humanidade, e isto fez com que a Declaração Universal de 1948 realizasse o reconhecimento universal da igualdade humana.

III – À época em que foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nem todos os membros das Nações Unidas partilhavam por inteiro as convicções expressas no documento.

IV – Tecnicamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem é uma recomendação que a Assembléia Geral das Nações Unidas faz aos seus membros.

Diante do que foi exposto, é possível asseverar que:

- a) Nenhuma afirmativa é verdadeira.
- b) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- c) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- d) Somente três afirmativas são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

15ª Questão. Em se tratando de tutela constitucional dos direitos humanos, considere as assertivas abaixo:

I – O texto constitucional brasileiro privilegia o tema direitos humanos, constatando-se tal opção pela topografia constitucional, apresentando já nos primeiros capítulos o sistema de direitos e de garantias.

II – Robert Alexy considera os princípios como normas que permitem que algo seja realizado da maneira mais complexa possível, tanto no que diz respeito à possibilidade jurídica quanto à possibilidade fática. Princípios, para o autor, são “mandados de otimização”.

III – A Constituição brasileira estabelece o princípio da aplicabilidade imediata das normas que indicam direitos e garantias, cabendo ao Poder Público conferir eficácia máxima e imediata ao preceito definidor de direito e de garantia fundamental.

IV – Segundo a Constituição brasileira, os tratados internacionais de direitos humanos demandam, para o seu aperfeiçoamento, um ato complexo no qual se cumula a vontade do Presidente da República e a vontade do Senado Federal.

V – Considerando que os textos constitucionais devem ser compreendidos como sistema que aponta princípios, pode-se afirmar que a Constituição brasileira de 1988 elege, tão-somente, a dignidade da pessoa humana como valor essencial do homem.

De acordo com as assertivas elencadas, pode-se afirmar que:

- a) Os itens I, II e III estão corretos;
- b) Os itens I, III e IV estão corretos;
- c) Os itens II, III e IV estão corretos;
- d) Os itens I e V estão corretos;
- e) Todos os itens estão corretas.

16ª Questão. Robert Alexy, antes de estudar as normas de direitos fundamentais, parte da premissa de que as normas jurídicas podem ser princípios ou regras. Sobre as antinomias, segundo a teoria de Robert Alexy, pode-se asserir que:

- a) Os princípios podem entrar em conflito, hipótese em que pelo menos uma das normas conflitantes, senão as duas, deve ser decretada inválida.
- b) As regras podem entrar em colisão, hipótese em que deve prevalecer a de maior peso (metáfora do peso).
- c) Num embate entre princípios e regras, estas devem prevalecer.
- d) As regras podem entrar em colisão, hipótese em que deve ser aplicada a máxima da proporcionalidade.
- e) O sistema do direito positivo não possui normas incompatíveis entre si, sendo a consistência uma de suas características definíveis.

17ª Questão. São apresentadas abaixo cinco alternativas, sendo que quatro delas podem expressar afirmações verdadeiras e uma pode expressar uma afirmação falsa, ou quatro podem expressar afirmações falsas e uma pode expressar uma afirmação verdadeira. **Assinale a alternativa que se distingue das demais.**

- a) O Pacto de São José da Costa Rica reconhece que os direitos essenciais da pessoa humana não derivam do fato de ser ela nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter, como fundamento, os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos.
- b) Segundo o Pacto de São José da Costa Rica, toda pessoa tem direito à vida, e este direito deve ser protegido, em geral, desde o momento da concepção.
- c) O Pacto de São José da Costa Rica dispõe que toda pessoa, acusada de um delito, tem direito a que se presuma sua inocência, e que o acusado, absolvido por sentença transitada em julgado, não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.
- d) O Pacto de São José da Costa Rica dispõe que nenhuma pessoa será submetida à pena de morte e que toda pessoa tem o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada.
- e) O Pacto de São José da Costa Rica considera que só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos.

18ª Questão. Acerca da igualdade, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O tratamento desigual de casos desiguais, à medida que se desiguam, é exigência do próprio conceito de justiça.
- b) A Constituição pode estabelecer exceções ao princípio da igualdade.
- c) A igualdade constitui-se em uma regra de interpretação, uma vez que veda, de maneira absoluta, o estabelecimento de privilégios, especialmente em razão de origem, raça, sexo, cor ou idade.

d) O princípio da igualdade impõe que ninguém seja submetido, arbitrariamente e sem razão suficiente, a um tratamento diferente daquele dispensado a qualquer outra pessoa.

e) A igualdade jurídica material não consiste em um tratamento igual sem distinção de todos em todas as relações. Somente aquilo que é igual deve ser tratado igualmente. O princípio da igualdade proíbe uma regulação desigual de fatos iguais. Casos iguais devem encontrar regramento igual.

19ª Questão. São exemplos de casos encaminhados à Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro:

I – caso *Gilson Nogueira Carvalho*, relativo à denúncia de assassinato de defensor de direitos humanos por grupo de extermínio no Rio Grande do Norte, encaminhado pela Comissão Interamericana à Corte em 19 de janeiro de 2005.

II – caso *Damião Ximenes Lopes*, referente à denúncia de morte por espancamento em clínica psiquiátrica no Ceará, encaminhado pela Comissão Interamericana à Corte em 13 de outubro de 2004.

III – caso *Presídio Urso Branco*, referente à denúncia de morte e maus-tratos de detentos no presídio de Rondônia. O Brasil apresentou à Corte relatório sobre o cumprimento das medidas adotadas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- e) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

20ª Questão. Direitos humanos, na perspectiva de Antonio Enrique Perez Luño, pode ser definido como: “um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional”. Esse conceito levou em conta as contribuições da Filosofia Analítica, da História, do Estruturalismo, da

Informática e de estudos sociológicos. Observe as afirmações abaixo, concernentes à proposta de delimitação conceitual de direitos humanos de Perez Luño, e **assinale a incorreta**.

a) Existe uma relação inversamente proporcional entre os significados emocional e descritivo do termo direitos humanos, ou seja, quanto maior foi a difusão social do uso do termo para caracterizar a importância que o signo assumiu na defesa de demandas variadas – de caráter político, social e jurídico – menor foi sua precisão conceitual, sendo notadamente marcado pela ambigüidade e pela vagueza, dificultando, deste modo, a determinação de seu alcance.

b) A Filosofia Analítica concorreu para conferir clareza e rigor à peculiar linguagem normativa que constitui os direitos humanos, confrontando o signo com expressões correlatas – como direitos naturais, direitos fundamentais, direitos subjetivos, direitos públicos subjetivos, direitos individuais, liberdades públicas – e evitando a confusão entre os aspectos descritivos e prescritivos presentes na formulação de direitos humanos nas declarações e na linguagem coloquial, além de chamar a atenção para a necessidade de expurgar da tentativa de definição real, que busca a essência de direitos humanos, a carga emocional que o signo encerra enquanto novo critério moderno de legitimação política.

c) Faz-se mister empregar o sentido histórico na definição nominal de direitos humanos, determinando como deve ser elaborado o conceito atual por intermédio da análise dos usos lingüísticos que, em sua gênese e desenvolvimento histórico, concorreram de forma decisiva para conformar seu significado. Neste sentido, o conceito de direitos humanos possui, como influência imediata, a noção de direitos naturais do jusnaturalismo racionalista.

d) As investigações da informática e do estruturalismo podem contribuir para potencializar o estudo crescentemente científico acerca de direitos humanos. A primeira, tendo presente a freqüência com a qual certos termos mais usuais relativos aos direitos humanos aparecem, poderia estabelecer relações semânticas, ao enfatizar sentidos diversos de uma mesma palavra ou de um grupo de palavras. O estruturalismo, por sua vez, pode aproveitar os dados quantitativos fornecidos pela informática para elaborar, a partir de informações estatísticas, um quadro qualitativo de relações significantes que facilitaria a construção de modelos suscetíveis de captar a estrutura de um possível sistema lingüístico de direitos humanos.

e) Perez Luño nega um conceito universal de direitos humanos e refere-se aos valores da dignidade humana, da liberdade e da igualdade, que são considerados o eixo fundamental em torno do qual os direitos humanos sempre foram reivindicados – cujos conteúdos apresentam-se diversos, dependendo do momento histórico –, concretizados por um conjunto positivado de faculdades e de instituições, tendentes a explicitá-los e a garanti-los.

21ª Questão. A Constituição de 1988 consagra, ao fim de extensa declaração de direitos, que os direitos e as garantias nela expressos “não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (art. 5º, §2º). A respeito dos direitos humanos, segundo Flávia Piovesan:

I – A Constituição brasileira atribui aos direitos internacionais uma natureza especial e diferenciada, qual seja, a natureza de norma constitucional. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é parte integram o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados. Essa conclusão advém ainda de interpretação sistemática e teleológica do texto constitucional, especialmente em face da força expansiva dos valores da dignidade humana e dos direitos fundamentais, como parâmetros axiológicos a orientar a compreensão do fenômeno constitucional.

II – Os direitos internacionais integram o chamado “bloco de constitucionalidade”, densificando a regra constitucional positivada no §2º, do artigo 5º, caracterizada como cláusula constitucional aberta. O programa normativo-constitucional não pode se reduzir ao “texto” da Constituição. Enquanto os demais tratados internacionais têm força hierárquica infraconstitucional, os direitos enunciados em tratados internacionais de proteção dos direitos humanos apresentam valor de norma constitucional.

III – Os direitos expressos na Constituição e nos tratados internacionais de que o Brasil é parte compõem um universo claro e preciso. Quanto a estes, basta examinar os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo Brasil para que se possa delimitar, delinear e definir o universo dos direitos internacionais constitucionalmente protegidos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- e) Nenhuma afirmativa é verdadeira.

22ª Questão. “Conta-se que, em uma das reuniões de uma Comissão nacional da Unesco, em que se discutia acerca dos direitos do homem, alguém se admirava do fato de terem se mostrado de acordo sobre a formulação de uma lista de direitos, tais e tais paladinos de ideologias freneticamente contrárias. Com efeito, disseram eles, estamos de acordo no tocante a estes direitos, *mas com a condição de que não nos perguntem o porquê*” (Jacques Maritain apud PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución, grifos no original**). O consenso acerca da importância e da necessidade de se reconhecer e de se garantir os direitos humanos não traduz uma concepção unívoca sobre seu significado nem sobre sua fundamentação.

As assertivas, a seguir, referem-se às tentativas de fundamentação dos direitos humanos, esboçadas por Perez Luño. **Leia-as, com atenção, e, posteriormente, assinale a resposta correta.**

I – Perez Luño defende que o marco teórico para se focar o problema da fundamentação dos direitos humanos é o jusnaturalismo. Assim, teorias éticas, políticas ou jurídicas contemporâneas serão consideradas “jusnaturalistas”, num sentido amplo, independente de abertamente aderirem ou de rechaçarem alguma vertente concreta de Direito Natural, se reconhecerem teoricamente a exigência de que os sistemas jurídicos positivos perfilham alguns direitos básicos de quem os integra, suscetíveis de serem conhecidos e justificados racionalmente.

II – A fundamentação objetivista dos direitos humanos parte de teorias éticas cujas premissas afirmam a existência de valores, de princípios e de regras que possuem validade objetiva, absoluta e universal. Um exemplo, dentre outros, desta postura teórica reside na ética material dos valores, a qual propugna que existe uma ordem objetiva, absoluta, apriorística (que independe de qualquer

experiência) e estruturada segundo relações hierárquicas imutáveis de valores apreendidos pela razão, faculdade que nos dignifica e nos identifica como seres humanos, possibilitando, assim, a existência de objetividade em termos éticos.

III – A fundamentação moderna dos direitos humanos foi engendrada, tendo por base a orientação geral do subjetivismo axiológico, materializada na tradição do jusnaturalismo racionalista do século XVIII, corrente que reivindica a autonomia humana como fonte dos valores e a afirmação racional – circunscrita à esfera individual – da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas. Já a fundamentação intersubjetiva, em linhas muito gerais, defende que os direitos humanos são valores intersubjetivamente válidos os quais, por expressarem necessidades social e historicamente compartilhadas, são passíveis de um consenso generalizado sobre sua justificação racional.

- a) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmações I e II são verdadeiras.
- c) Somente as afirmações II e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmações I e III são verdadeiras.
- e) As afirmações I, II e III são falsas.

23ª Questão. A respeito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A Corte Interamericana é órgão jurisdicional do sistema regional, composta por sete juízes nacionais de Estados membros da OEA, eleitos, a título pessoal, pelos Estados partes da Convenção.
- b) A Corte Interamericana de Direitos Humanos apresenta tanto competência consultiva quanto competência contenciosa.
- c) No plano consultivo, qualquer membro da OEA – parte ou não da Convenção – pode solicitar o parecer da Corte em relação à interpretação da Convenção ou de qualquer outro tratado relativo à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. A Corte ainda pode opinar sobre a compatibilidade de preceitos da legislação doméstica em face dos instrumentos internacionais, efetuando, assim, o “controle da convencionalidade das leis”.

d) No plano contencioso, a competência da Corte para o julgamento de casos é limitada aos Estados-parte da Convenção que reconheçam tal jurisdição expressamente.

e) Os atos internos dos Estados podem vir a ser objeto de exame por parte dos órgãos de supervisão internacionais, quando se trata de verificar a sua conformidade com as obrigações internacionais dos Estados em matéria de direitos humanos. Os tribunais internacionais de direitos humanos não substituem os tribunais internos, mas operam como tribunais de recursos ou de cassação de decisões dos tribunais internos.

24ª Questão. Esta questão relaciona trechos da ementa do processo judicial abaixo com a perspectiva de Fábio Konder Comparato acerca do sentido e da evolução dos direitos humanos.

RE-AgR 271286 / RS – RIO GRANDE DO SUL

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 12/09/2000 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA: PACIENTE COM HIV/AIDS – PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS – DIREITO À VIDA E À SAÚDE – FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS – DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196) – PRECEDENTES (STF) – O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA.

- O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o

acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

- O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. [...] DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, *caput*, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF.

Observe, atentamente, as afirmações e, depois, assinale a alternativa correta.

I – A qualificação do direito à saúde como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representando consequência constitucional indissociável do direito à vida, está em consonância com a distinção jurídica entre direitos humanos (ou direitos fundamentais atípicos) e direitos fundamentais (ou direitos fundamentais típicos). Os direitos à saúde e à vida são fundamentais, a partir desta tipologia, por serem direitos humanos positivados em texto normativo (arts. 5º, *caput*, e 196, CF/88). A positivação é uma das estratégias endereçadas à garantia da vigência efetiva dos direitos humanos, à medida que confere maior segurança para as relações sociais e acesso às vias judiciárias no caso de violação; além de possuir uma dimensão pedagógica, no sentido de concorrer para a afirmação de valores centrais orientadores de uma boa vida coletiva.

II – A distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes é vista pelo relator do processo, como uma política social e econômica idônea por parte do Poder Público, com vistas a garantir acesso universal e igualitário à saúde, e representa um gesto solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas,

especialmente daquelas desprovidas materialmente. Neste sentido, Comarato defende que a solidariedade (ou fraternidade) é um dos princípios fundamentais que regem o sistema dos direitos humanos e reside na idéia de responsabilidade de todos pelas carências de indivíduos e de grupos sociais. Os direitos sociais, dentre eles a saúde, foram paulatinamente reconhecidos como direitos humanos tendo como referência este princípio da solidariedade.

III – Além da idéia de solidariedade (ou fraternidade), dois outros valores considerados supremos compõem os princípios fundamentais do sistema de direitos humanos: a igualdade (num primeiro momento, eminentemente formal – perante a lei – e, posteriormente, o conceito é alargado na sua dimensão material, como uma tentativa de diminuir a distância entre ricos e pobres) e a liberdade, cujo núcleo reside na articulação proposta por Benjamin Constant entre as duas dimensões: a liberdade dos antigos (mecanismo de defesa do cidadão em face de interferências governamentais, interessando, em especial, a liberdade de iniciativa, garantidora da satisfação de interesses legítimos particulares) e a liberdade dos modernos (possibilidade de os cidadãos participarem da formação da vontade política, obedecendo às leis que eles próprios estabelecerem e aos governantes por eles escolhidos).

- a) As afirmações I, II e III são falsas.
- b) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- e) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.

25ª Questão. Assinale a alternativa **incorreta.**

- a) Como os direitos humanos são indivisíveis, a realização dos direitos civis e políticos, sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, torna-se impossível.
- b) As liberdades negativas, surgidas por ocasião da formulação dos direitos humanos de matriz liberal, não carecem da concorrência de direitos econômicos, sociais e culturais para sua realização máxima.

- c) Como os seres humanos, em grupo ou individualmente, apresentam-se em constante mutação, os direitos humanos até agora reconhecidos constituem um rol não-taxativo.
- d) A característica da transnacionalidade dos direitos humanos tem, como finalidade, a proteção do ser humano, quando se lhe recusa uma nacionalidade e a proteção estatal dela decorrente.
- e) A característica da universalidade dos direitos humanos é questionada pelos adeptos do relativismo cultural.

26ª Questão. Uma pesquisa de opinião acerca do apaixonado e polêmico tema do aborto, promovida pela *NBC News/Wall Street Journal* em 1992, nos Estados Unidos, apresentou resultados aparentemente embaraçosos: “apenas 26% dos entrevistados achavam que o aborto deve ser ilegal, enquanto 67% defendiam uma opinião contrária. A mesma pesquisa *Wirthlin/Catholic Conference* que constatou que 60% dos entrevistados achavam extremamente convincente [...] que a vida da criança em gestação deve ser protegida, e que as crianças não nascidas têm direito à vida, também revelou que apenas 7% eram de opinião que o aborto deve ser ilegal em todas as circunstâncias” (DWORKIN, Ronald. **Aborto, eutanásia e liberdades individuais**).

Tendo por base o ensaio argumentativo de Dworkin sobre a necessidade de se mudar a forma ortodoxa, polarizada e incoerente do debate sobre o aborto, analise as afirmações a seguir e, após, **assinale a resposta correta**.

I – A retórica política, a maior parte das discussões teológicas, morais, filosóficas e sociológicas sobre o aborto colocam-no como uma questão metafísica de se saber se o feto já tem ou não direitos a partir da concepção. Nestes termos, o debate sobre o aborto divide-se em torno das convicções polarizadas conservadoras e liberais. Os conservadores partem de uma objeção derivativa ao aborto: acreditam que a vida humana começa no momento da concepção, que o feto é uma pessoa com interesses e direitos próprios desde o início – incluindo o direito de permanecer vivo – e que o aborto é um assassinato ou uma agressão à santidade da vida humana. Conseqüentemente, o governo tem a responsabilidade de proteger o feto,

proibindo ou regulamentando o aborto. Os liberais, por sua vez, partem de uma objeção “independente” ao aborto, uma vez que não pressupõem, na argumentação sobre a proibição do aborto, que o feto tenha direito ou interesse particular algum: a vida humana tem um valor intrínseco e inato; o caráter sagrado da vida humana começa quando sua vida biológica se inicia, antes que o feto tenha movimento, sensação, interesse ou direitos. Neste sentido, o aborto seria moralmente condenável por desconsiderar e insultar o valor sagrado de qualquer estágio da vida humana. O aborto deveria, então, ser proibido ou regulamentado por lei, tendo em vista que o governo tem uma responsabilidade “independente” de proteger o valor intrínseco da vida humana.

II – A concepção tradicional, ortodoxa – abarcada pelas ópticas liberais e conservadoras – é um modo equivocado (incoerente e contraditório) de entender as convicções morais e políticas da maioria das pessoas. Dworkin propõe, então, um deslocamento teórico na explicação da controvérsia sobre o aborto: a polêmica acerca do aborto reside num debate sobre valores intrínsecos e não sobre direitos e interesses do feto. Tendo por base a tese independente, em consonância com a tradição da liberdade de consciência das modernas democracias pluralistas, a questão que se coloca é se o aborto nega e profana a santidade ou a inviolabilidade da vida humana. Mas o que significa dizer que a vida é intrinsecamente valiosa? Significa que, ao contrário da visão utilitarista em que as coisas são valorosas dada a sua utilidade e a despeito do valor instrumental e pessoal da vida humana, ela é importante, pois seu valor independe do que as pessoas apreciam, desejam, necessitam ou vêem como bom para elas. Cabe ressaltar ainda que a vida humana é sagrada, intrinsecamente importante – e não incrementalmente importante – porque existe pelo que representa e incorpora. Por fim, o processo pelo qual a vida tornou-se sagrada para uma cultura ou para uma pessoa deve-se não por associação ou por designação, mas pela sua gênese, pelo processo, pelo empreendimento ou pelo projeto que lhe deu origem. Em resumo: a vida tem um valor sagrado, no sentido de inviolável, devido ao fato de que a espécie humana deve sobreviver (biologicamente) e prosperar culturalmente, o que envolve dois aspectos do sagrado: respeito por aquilo que a natureza

(entendida como instância divina ou secular) produziu e respeito à criação artística, “ao processo vivido que compõe a biografia” de cada ser humano.

III – Redesenhar os termos da controvérsia sobre o aborto para as questões de como e por que a vida humana tem valor intrínseco, além das implicações pessoais e políticas daí geradas, confere maior clareza ao debate e apresenta a conclusão otimista de que a argumentação nesta seara é relevante e a conciliação um ideal alcançável. Em outras palavras, é possível encontrar uma solução jurídica racional para a controvérsia, que nos permita unir tanto liberais quanto conservadores num acordo político. O pressuposto igualmente aceito por liberais e por conservadores de que a vida humana é sagrada explica, ademais, o motivo de as duas correntes concordarem e divergirem entre si. No que tange aos aspectos consensuais entre liberais e conservadores, eles partem da premissa de que o aborto é moralmente problemático e, em regra, condenável, porém existem graus de iniquidade na perda humana. O critério, para medir esse desperdício e, conseqüentemente, o desrespeito à santidade da vida, está no quanto é desperdiçado por uma morte prematura, ou seja, envolve aspectos quantitativos, qualitativos e sociais relativos tão-somente ao futuro: o cálculo envolve duração da vida (quanto teria usufruído esta vida se não tivesse sido interrompida), a qualidade de vida ou o benefício que aquela vida cerceada traria para outras pessoas.

- a) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- b) As afirmações I, III são verdadeiras.
- c) As afirmações I e II são verdadeiras.
- d) As afirmações II e III são verdadeiras.
- e) As afirmações I, II e III são falsas.

27ª Questão. A história da institucionalização dos direitos humanos, como direitos fundamentais, é um caso paradigmático de intercâmbio entre as idéias e a realidade e, assim, entre a teoria e a prática. Acerca dos marcos mais importantes na história da institucionalização desses direitos, é possível afirmar, **exceto**:

- a) A *Magna Charta* de 1215 previa restrições tributárias, proporcionalidade entre sanção e delito, previsão do devido processo legal, acesso à justiça e liberdade de locomoção.
- b) A *Petition of Rights* de 1628 previa expressamente que ninguém seria obrigado a pagar qualquer taxa ou imposto sem o consentimento de todos, manifestado por ato do Parlamento. Previa ainda que ninguém seria encarcerado por causa destes tributos ou da recusa em pagá-los.
- c) O *Habeas Corpus Act* de 1679 regulamentou este instituto que já existia na *common law*. A lei previa que, por meio de reclamação ou de requerimento escrito de algum indivíduo ou em favor de algum indivíduo detido ou acusado da prática de um crime, poderia ser concedida ordem de *habeas corpus* em benefício do preso.
- d) A *Bill of Rights* de 1689 significou enorme restrição ao poder estatal, prevendo o fortalecimento do princípio da legalidade, o direito de petição, a imunidade parlamentar, a vedação de penas cruéis, mas negava a igualdade e a liberdade religiosa.
- e) Por influência do Iluminismo, a Constituição dos Estados Unidos da América foi elaborada em 1787 com um catálogo de direitos e garantias fundamentais, que previa a inviolabilidade de domicílio, o devido processo legal, a ampla defesa e o julgamento pelo tribunal do júri.

28ª Questão. Dentre as teorias desenvolvidas no sentido de justificar os direitos humanos fundamentais, são feitas as seguintes afirmações.

I – A *teoria jusnaturalista* fundamenta os direitos humanos em uma ordem superior universal, imutável e inderrogável. Por esta teoria, os direitos humanos fundamentais não são criação dos legisladores, dos tribunais ou dos juristas e, conseqüentemente, não podem desaparecer da consciência dos homens.

II – A *teoria positivista* fundamenta a existência dos direitos humanos na ordem normativa, como legítima manifestação da soberania popular. Dessa forma, somente seriam direitos humanos fundamentais aqueles expressamente previstos no ordenamento jurídico positivado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Ambas as afirmações são verdadeiras e as teorias se complementam.

- b) Somente a afirmação I é verdadeira e a teoria mostra-se suficiente.
- c) Somente a afirmação II é verdadeira e a teoria mostra-se suficiente.
- d) Somente a afirmação I é verdadeira e a teoria mostra-se insuficiente.
- e) Somente a afirmação II é verdadeira e a teoria mostra-se insuficiente.

29ª Questão. Tendo como referência o livro **Aborto, eutanásia e liberdades individuais**, no qual Dworkin propõe definir os termos do debate acerca do aborto em outros moldes – em torno do valor intrínseco da vida humana –, observe as afirmações a seguir e marque a resposta **correta**.

I – Dworkin pode ser considerado um digno representante do positivismo jurídico, à medida que procura conferir autonomia para o conhecimento jurídico, situando a discussão das questões – como a temática do aborto – em um nível eminentemente jurídico, respeitando as barreiras disciplinares convencionais entre Teoria do Direito, Filosofia Política e Filosofia Moral.

II – Dworkin procura estabelecer a articulação entre teoria e prática a partir da distinção entre Filosofia de dentro para fora e Filosofia de fora para dentro; a diferença entre elas está no modo como as questões abstratas são formuladas e respondidas. A abordagem é de fora para dentro quando o sujeito do conhecimento se propõe enquadrar teoricamente um problema concreto a partir de teorias importadas de fora, isto é, de outros contextos culturais. De maneira inversa, a perspectiva teórica, para analisar problemas práticos, a partir de um ponto de vista de dentro para fora, procura formular alternativas autóctones, mais apropriadas, portanto, para lidar com problemas específicos daquele determinado tempo e espaço. À medida que estas alternativas teóricas são bem-sucedidas para interpretar o fenômeno proposto, podem ser generalizadas para experiências semelhantes em outros países. O debate sobre o aborto, no livro em tela, faz-se da perspectiva estadunidense, ou seja, o ensaio argumentativo é analisado a partir de um enfoque teórico de dentro para fora.

III – A redefinição de Dworkin sobre a polêmica relativa ao aborto possui implicações jurídicas e políticas. Em termos jurídicos, o jusfilósofo defende que o que importa, de fato, quando se questiona o direito constitucional ao aborto (tendo por base a regulação estadunidense do tema) é “se os poderes

legislativos estaduais têm o poder constitucional de decidir quais valores intrínsecos todos os cidadãos devem respeitar, e como os legisladores podem proibir o aborto com base em tal poder; e de que modo podem fazê-lo”. Subjaz, porém, uma questão mais básica a ser decidida: como se deve interpretar a Constituição Federal. Dworkin defende uma interpretação originalista da Constituição, que busca respeitar a vontade concreta dos legisladores que a elaboraram válida e legitimamente.

- a) As afirmações I, II e III são verdadeiras.
- b) As afirmações I, III são verdadeiras.
- c) As afirmações I e II são verdadeiras.
- d) As afirmações II e III são verdadeiras.
- e) As afirmações I, II e III são falsas.

30ª Questão. Acerca dos conflitos entre tratados internacionais de proteção dos direitos humanos e a Constituição, revela-se atual o debate entre o monismo e o dualismo. A seguir, são feitas quatro afirmações sobre estas correntes.

I – Para os *monistas*, as relações de direito interno e de direito internacional convergem, superpõem-se e há que se encontrar um método que discipline essas duas categorias dentro de uma única ordem jurídica. O monismo jurídico propugna a unidade do direito.

II – A escola *monista* reparte-se naqueles que defendem a primazia do direito interno sobre o direito internacional, naqueles que defendem a primazia do direito internacional sobre o direito interno e naqueles que os equiparam, dependendo a prevalência de uma fonte sobre a outra da ordem cronológica de sua criação.

III – Para os *dualistas*, não existe conflito entre o direito internacional e o direito interno, haja vista que eles constituem sistemas jurídicos distintos. Dessa forma, não há conflito possível, pois os sistemas jurídicos estão englobados em esferas distintas e autônomas.

IV – Na visão dos dualistas, não há necessidade de existir uma norma interna específica para que o preceito veiculado em um tratado internacional seja incorporado ao sistema interno.

Assinale a alternativa correta:

- a) Nenhuma afirmação é correta.
- b) Somente uma afirmação é correta.
- c) Somente duas afirmações são corretas.
- d) Somente três afirmações são corretas.
- e) Todas as afirmações são corretas.

**OLIMPÍADA JURÍDICA 2008
PROVA DISCURSIVA**

1ª Questão:

Revista íntima em presídios

O Secretário de Estado de Justiça pretende instituir a revista íntima nos visitantes de presidiários a fim de coibir a entrada de armas, munição, drogas e telefones celulares nos presídios, que são facilmente escondidos na roupa ou no próprio corpo do visitante. Como se tem conhecimento, os aparelhos telefônicos permitem que os presidiários comandem o tráfico de drogas nas ruas e execuções de rivais, além de aplicarem golpes que atormentam a sociedade, tal como o falso seqüestro.

A revista íntima que o Secretário propõe consiste em uma inspeção visual que obriga o visitante a despir-se completamente e a agachar-se de frente e de costas, sobre um espelho de cerca de um metro quadrado, diante de agentes penitenciários do mesmo sexo, em um local reservado. Não haveria contato físico. As peças de roupa seriam submetidas a minuciosa revista pelo agente penitenciário.

Você foi procurado pelo Secretário, que lhe indaga acerca da conformidade desta prática de revista íntima com as normas de direitos humanos vigentes no Brasil. A consulta jurídica requer uma análise no plano abstrato, sem considerar eventuais abusos que podem ocorrer em casos concretos.

Produza um parecer apresentando de maneira articulada e fundamentada as premissas e as conclusões finais.

2ª Questão:

Divulgação na imprensa de grampos telefônicos

Certo dia, Antígona encontrava-se conversando com determinado interlocutor por meio de uma comunicação telefônica, e, sem que fosse do conhecimento de qualquer um deles, estavam sendo objeto de “grampo telefônico”.

Alguns dias depois, o conteúdo dessas gravações foi veiculado em cadeia nacional, por uma rede de televisão, em um telejornal apresentado em horário nobre, com elevado índice de audiência.

Sentindo-se prejudicada pela transmissão do conteúdo de sua conversa telefônica, e sentindo-se vilipendiada em sua dignidade, Antígona procura o seu escritório de advocacia para saber quais as medidas judiciais podem ser intentadas em face da referida rede de televisão.

Para tanto solicita que o seu grupo de advogados redija um parecer jurídico no qual reste claro se houve violação a normas de direitos humanos vigentes no Brasil, indicando possíveis medidas judiciais cabíveis. Considere tanto a possibilidade de o “grampo” ter sido realizado (i) com autorização judicial quanto (ii) sem esta autorização.

OLIMPÍADA JURÍDICA 2008 – 3ª FASE

SITUAÇÃO PROBLEMA

O senhor Domingos José Martins, um defensor dos direitos humanos, foi preso sem ordem judicial no dia 12 de junho de 2008, às 22 horas, quando se encontrava em sua casa, na cidade de Havana, tendo sido duramente golpeado por agentes policiais e continuamente ameaçado por estes. Domingos Martins foi conduzido a uma delegacia de polícia, com um capuz em sua cabeça, onde permaneceu detido durante 3 dias. Foi indagado acerca de outras pessoas engajadas na luta em prol do respeito aos direitos humanos e submetido a tratamentos degradantes que resultaram em graves lesões.

Domingos Martins foi torturado por ser defensor dos direitos humanos e um dissidente político. Ele levou estes fatos ao conhecimento do chefe do Ministério Público e do chefe de Polícia. Todavia, nenhuma investigação criminal foi iniciada e a sua representação foi sumária e imotivadamente arquivada.

O seu ato incomodou diversos agentes públicos, que, em diversas ocasiões, passaram a intimidá-lo e a ameaçá-lo. Embora continuasse trabalhando como defensor dos direitos humanos, Domingos Martins passou a viver com medo de ser novamente molestado e preferiu morar em endereço desconhecido.

Domingos Martins apresentou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos denúncia que relata a inobservância a diversos direitos tutelados pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), além do que ocorreu com ele.

A Comissão recebeu a petição e, por entender se tratar de caso grave e urgente, solicitou consentimento de Cuba para proceder investigação em seu território. Não houve, todavia, resposta. Diante da ausência de resposta, a

Comissão entende que não há como fazer o encaminhamento à Corte e arquivar o pedido.

Domingos Martins buscou proteção especial junto aos governos da Jamaica e do México, sendo prontamente atendido.

Como parte da população comoveu-se com a situação e houve um princípio de revolta interna, a Jamaica e o México levaram a questão para a Organização das Nações Unidas. O caso foi encaminhado ao Conselho de Segurança, para que decida as providências que devem ser tomadas.

Sua equipe integra um comitê *ad hoc*, indicado pelo Conselho de Segurança. Com base no que foi exposto e em outras informações que podem ser colhidas sobre Cuba, proponha a decisão a ser tomada pelo referido Conselho.

Ademais, para a solução do caso, considere que Cuba é signatária da Convenção Americana de Direitos Humanos.

INFORMAÇÕES VERÍDICAS SOBRE CUBA

- País soberano que ocupa uma pequena ilha no mar do Caribe.
- A independência só veio na virada do século XIX para o século XX, após cerca de trezentos anos de domínio colonial, exercido pela Espanha.
- Nunca houve um período de verdadeira estabilidade democrática.
- Durante a década de 50 do século XX, foi governada pela mão-de-ferro de um ditador sanguinário.
- No final dos anos 50, uma revolução depôs o ditador e uma nova ordem jurídica foi instaurada.
- A necessidade de que as decisões do novo governo fossem cumpridas – sem discussão – impôs a centralização do poder, com uma Constituição que não o limitava.
- Na década de 70, foi aprovada uma nova Constituição, para estruturar de forma definitiva o aparato estatal instaurado com a revolução.

- A Constituição foi aprovada por quase 100% dos cidadãos, em referendo popular, mediante voto direto e secreto.
- Na década de 90, as transformações havidas no leste europeu impuseram uma reforma constitucional, que teve o propósito de adaptar a Constituição ao novo contexto e ainda de preservar a continuidade sobre a base da unidade da diversidade existente, conservando-se, assim, a eficácia do texto constitucional.
- O país conseguiu inegáveis avanços relacionados aos direitos sociais, como, por exemplo, direito à saúde e direito à educação. Merece registro que, na década de 50, havia, neste país, um milhão de analfabetos e mais um milhão de semi-analfabetos, em uma população adulta de cerca de quatro milhões de pessoas.
- Não existe separação das funções de poder. A Assembléia Nacional do Poder Popular representa e expressa a vontade soberana de todo o povo e é o único órgão que exerce o poder constituinte e o legislativo.
- A mesma Assembléia escolhe, dentre os seus deputados, o Conselho de Estado e o presidente deste Conselho é o Chefe de Estado e de Governo.
- Os juízes também são escolhidos pela Assembléia, que pode revogar o seu mandato, na forma da Constituição, devendo eles obediência à lei e carecendo de prerrogativas inerentes ao cargo.
- O Ministério Público constitui uma unidade orgânica subordinada à Assembléia e ao Conselho de Estado. O chefe do Ministério Público recebe instruções diretas do Conselho de Estado. É atribuição da Assembléia de Representantes escolher o chefe do Ministério Público, tendo ainda o poder de revogá-lo.
- Só há um partido político, o Partido Comunista. Isso é justificado pelo Governo como uma necessidade para dar unidade às forças de resistência frente às ameaças que se apresentam à ordem estabelecida.
- Os deputados podem ter os seus mandatos revogados pelo povo, mediante consulta popular. Entende-se que isso é necessário para manter o princípio da democracia como poder popular, sendo uma garantia de poder do representado. O deputado, deste modo, encontra-se obrigado a seguir a

vontade do representado, pois, caso contrário, a consequência será a revogação do seu mandato.

- O regime político impõe a subordinação da minoria à vontade da maioria, em todos os órgãos estatais colegiados e ainda nas consultas populares.
- A imprensa, o rádio, a televisão, o cinema e os outros meios de comunicação de massa são de propriedade estatal ou social, não podendo ser objeto de propriedade privada. Isso é justificado para que os meios de comunicação não sejam sustentados por anunciantes, o que poderia submeter aqueles a estes, e privilegiar, assim, quem detém o poder econômico.
- A Constituição reconhece a liberdade de imprensa “conforme os fins da sociedade socialista”. Desta mesma forma, é reconhecida a liberdade de expressão do pensamento: o cidadão não tem o direito de expressar a sua opinião em relação ao regime político, muito menos dissentir publicamente.

OLIMPÍADA JURÍDICA 2008

3ª FASE

ELEMENTO SURPRESA

Domingos Martins foi localizado e, sumariamente, condenado à pena de morte. Isto desencadeia um processo revolucionário em Cuba, com o povo indo às ruas, clamando por uma assembléia constituinte. O Partido Comunista cubano anuncia a morte do Chefe de Estado por causas naturais, ocorrida já há alguns meses, mas mantida sob sigilo até então.

O governo reprime qualquer manifestação popular com suas forças militares. Instala-se uma instabilidade político-institucional no país, que entra em uma guerra civil. Muitos militares desertam e passam a apoiar os revoltosos. Em algumas cidades, há saques em mercados, depredações de prédios de repartições públicas e de residências. O conflito chega ao campo e traz prejuízos à agricultura.

Aproveitando a fragilidade das Forças Armadas cubanas, envolvidas em seus problemas internos, os Estados Unidos da América assumem, soberanamente, o território de Guantânamo, onde mantêm prisioneiros da operação militar que derrubou o regime *talebã* no Afeganistão e ainda pessoas suspeitas de integrar a rede terrorista *Al Qaeda*. Na base naval norte-americana aí sediada, os notórios casos de torturas e abusos sexuais de prisioneiros são acirrados.

Diante deste contexto apresentado, Jamaica e México, com o apoio de outros países, levam a situação à Organização das Nações Unidas, para que o Conselho de Segurança decida as providências que devem ser tomadas para cessar as violações a direitos humanos na ilha.

Sua equipe, que já integra um comitê *ad hoc*, indicado pelo Conselho de Segurança, deverá analisar as novas informações sobre a situação apresentada e propor, de maneira fundamentada, a decisão mais adequada a ser tomada pelos membros do referido órgão da ONU.